



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 9.628, DE 10 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre o procedimento para locação de imóvel pelos órgãos da administração pública direta e pelas entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo do Estado de Goiás.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 202000005000141,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos da administração pública direta e as entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo do Estado de Goiás ficam obrigados a realizar consulta prévia à Secretaria de Estado da Administração - SEAD, por sua Superintendência Central de Patrimônio - SPAT ou unidade que lhe suceda em suas competências, sobre a existência de imóvel público estadual que atenda às suas demandas, antes de iniciar o processo de locação de imóvel.

§ 1º A consulta que este artigo estabelece deverá conter, para a análise do pleito, os requisitos mínimos do imóvel desejado, como: cidade, localidade aproximada, metragem mínima, finalidade da locação e quantidade de servidores a serem alocados no imóvel.

§ 2º A prorrogação dos contratos de aluguel, vigentes na data de entrada em vigor deste Decreto, deverá passar por processo idêntico aos das novas contratações, com o pedido feito por escrito, antecipadamente ao término de sua vigência, observados os prazos exigíveis para cada situação, desde que não sejam inferiores àqueles previstos na legislação vigente.

Art. 2º Somente após declaração de inexistência de imóvel de propriedade do Estado de Goiás emitida pela SEAD, o órgão ou a entidade poderá dar início ao processo de contratação de locação de imóvel de terceiros, em conformidade com a legislação aplicável.

§ 1º Mesmo que a SEAD declare a existência de imóvel do poder estadual, o órgão ou a entidade poderá locar imóvel de terceiros, mas para isso terá que demonstrar, em justificativa fundamentada do ordenador de despesas, que o imóvel de propriedade do Estado não atende a necessidade de sua utilização, com base nos seguintes critérios: economicidade, localização estratégica do imóvel, funcionalidade, necessidade de reforma e/ou adequação, finalidade da locação, entre outros.

§ 2º No caso do preceituado no parágrafo anterior, a justificativa do ordenador de despesas do órgão ou da entidade deverá ser submetida à avaliação do Secretário de Estado da Administração, ao qual cabe emitir parecer opinativo pelo prosseguimento ou não da contratação com terceiros.

Art. 3º Os órgãos ou as entidades ficam obrigados a solicitar à SEAD, por sua Superintendência Central de Patrimônio, a avaliação do preço de locação, o qual será o parâmetro de contratação.

§ 1º A Superintendência Central de Patrimônio deverá emitir o laudo de avaliação sobre a média de preço da locação praticada na região do imóvel, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Se o ordenador de despesas entender inviável a contratação no valor constante do laudo da Superintendência Central de Patrimônio, em razão de necessidade específica relativa à utilização do imóvel, ele deverá justificá-la conforme os critérios elencados no § 1º do art. 2º.

Art. 4º Após ser firmado, renovado ou rescindido o contrato de locação, os órgãos e as entidades deverão encaminhar o processo à SEAD, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua publicação, para a catalogação ou a atualização das informações relativas aos imóveis locados pelo Estado de Goiás.

- Redação dada pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

~~Art. 4º Após ser firmado o contrato de locação, os órgãos e as entidades deverão encaminhar o processo à SEAD para a catalogação dos imóveis locados pelo Estado de Goiás.~~

Parágrafo único. Todos os órgãos da administração pública direta e todas as entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo do Estado de Goiás deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhar à SEAD, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou seu correspondente, cópias dos contratos, seus anexos e demais documentos relativos aos contratos de locação de imóveis vigentes na data de publicação deste Decreto.

Art. 5º O gestor do contrato de locação, assim que findar o período locatício e sob pena de responsabilidade, providenciará o retorno ao locador da titularidade pelo pagamento dos serviços prestados ao imóvel, como o fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água e coleta de esgoto.

Art. 5º-A Nos municípios onde houver mais de um imóvel locado por órgãos da administração pública direta e/ou por entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo do Estado de Goiás, eles deverão até o dia 31 de dezembro de 2021, ocupar

apenas um imóvel, com o compartilhamento do espaço e dos custos.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

Parágrafo único. A regra disposta no *caput* deste artigo não se aplica:

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

I – às situações em que a reorganização para o compartilhamento de um imóvel seja mais onerosa para o Estado de Goiás, essa hipótese deverá ser comprovada pelos órgãos e pelas entidades envolvidos e aprovada pela SEAD;

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

II – às locações realizadas nos Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis; e

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

III – aos órgãos autônomos que integram a estrutura básica da Secretaria de Estado da Segurança Pública, às unidades de saúde e às unidades de ensino.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

Art. 5º-B A coordenação do procedimento de unificação das unidades de cada município ficará a cargo do órgão ou da entidade que ocupará o maior espaço físico do imóvel unificado.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

§ 1º A definição do órgão ou da entidade coordenador(a) ficará a cargo da Superintendência Central de Patrimônio da SEAD, que se valerá de vistorias específicas para tal fim.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

§ 2º Caberá ao órgão ou à entidade coordenador(a) buscar um imóvel que atenda às necessidades dos demais.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

§ 3º Caso não haja imóvel de propriedade do Estado de Goiás que atenda às necessidades dos órgãos e das entidades, o coordenador realizará todos os procedimentos para a locação do imóvel, inclusive a assinatura do contrato.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

§ 4º O coordenador será o responsável legal pelo imóvel e deverá definir as regras para a sua utilização, após ouvidos os demais órgãos e entidades envolvidos.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

Art. 5º-C Todos os custos da ocupação compartilhada, tais como mudança, aluguel, água, energia, limpeza, segurança, telefonia e internet, sejam estes fixos ou temporários, serão custeados de forma proporcional à ocupação por cada órgão ou entidade.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

§ 1º A proporção da ocupação será determinada pela Superintendência Central de Patrimônio da SEAD, que se valerá de vistorias específicas para tal fim.

§ 2º Os órgãos e as entidades deverão transferir os valores sob sua responsabilidade por meio de Termo de Descentralização Orçamentária — TDO em benefício do órgão ou da entidade coordenador(a) até o primeiro dia útil de cada mês.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

§ 3º Caso o órgão ou a entidade não realize o TDO no prazo determinado, deverá ser imediatamente realizada a suplementação orçamentária compulsória a favor do órgão ou da entidade coordenador(a), com os recursos do orçamento do órgão ou da entidade inadimplente, conforme determinação da SEAD, e execução obrigatória pela Superintendência de Orçamento e Despesa da Secretaria de Estado da Economia.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

§ 4º Assim como os custos, também deverão ser compartilhados os futuros gastos com reformas, melhorias e adaptações da unidade, necessários para a melhor prestação do serviço público, os quais deverão igualmente atender ao disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

- Acrescido pelo Decreto nº 9.861, de 05-05-2021.

Art. 6º Outras regras que se façam necessárias sobre a locação imobiliária pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás serão baixadas por ato do Secretário de Estado da Administração.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 10 de março de 2020; 132º da República.

RONALDO RAMOS CAIADO

(D.O. de 11-03-2020)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 11-03-2020.

Autor	GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
Legislação Relacionada	Decreto Numerado Nº 9.861 / 2021
	<p> Conselho Estadual da Mulher Conselho Estadual de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Combate ao Preconceito Secretaria do Governo Secretaria de Estado da Infraestrutura Controladoria-Geral do Estado Secretaria de Estado da Administração Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Estado de Cultura Secretaria de Estado da Economia Secretaria de Estado da Educação Secretaria de Estado da Saúde Secretaria de Estado da Segurança Pública Secretaria de Estado de Comunicação Secretaria de Estado da Casa Civil Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social Secretaria de Estado de Esporte e Lazer Delegacia-Geral da Polícia Civil Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás Junta Comercial do Estado de Goiás Agência Brasil Central Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes Agência Estadual de Turismo Agência Goiana de Defesa Agropecuária Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária Goiás Previdência Universidade Estadual de Goiás Procuradoria-Geral do Estado Secretaria de Estado da Casa Militar Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção Conselho Administrativo Tributário Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia Conselho Estadual de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia Conselho Estadual de Mineração, Recursos Minerais e Geologia Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás Conselho Estadual de Turismo Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás Conselho Deliberativo do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás Conselho Superior de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços do Estado de Goiás Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Concessões Conselho Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agropecuário Conselho Estadual de Políticas Salariais e Recursos Humanos Defensoria Pública do Estado de Goiás Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa Conselho Estadual de Assistência Social Conselho Estadual da Juventude Conselho Estadual de Trabalho Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais Conselho de Alimentação Escolar Conselho Estadual de Esporte e Lazer Conselho Estadual de Cultura Conselho Estadual de Saneamento Conselho Estadual do Meio Ambiente Conselho Estadual dos Recursos Hídricos Conselho Estadual de Saúde Conselho de Excelência das Unidades Públicas Hospitalares Gerenciadas por Organizações Sociais Conselho Estadual de Trânsito Conselho Estadual de Segurança Pública Conselho Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado de Goiás </p>

Órgãos
Relacionados

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
Agência Goiana de Habitação S.A.
Central de Abastecimento de Goiás S.A.
Diretoria-Geral de Administração Penitenciária
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Companhia CELG de Participações
Agência de Fomento do Estado de Goiás S.A.
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A.
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás
Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás
Indústria Química do Estado de Goiás
Metrobus Transporte Coletivo S.A.
Saneamento de Goiás S.A.
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás
Ministério Público do Estado de Goiás
Tribunal de Contas do Estado de Goiás
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Polícia Militar
Corpo de Bombeiros
Governadoria
Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira
Defesa Civil
Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Relações Institucionais
Polícia Civil
Polícia Técnico-Científica
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Câmara de Gestão Fiscal
Câmara de Gestão de Gastos
Comitê Estadual Socioeconômico de Enfrentamento ao Coronavírus COVID-19
Secretaria de Estado da Retomada
Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
Organização das Voluntárias de Goiás
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços
Vice-Governadoria
Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência do Servidor
Fundo Estadual do Meio Ambiente
Fundo Estadual de Saúde
Fundo Estadual de Assistência Social
Fundo Especial de Esporte e Lazer
Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás
Fundo de Modernização da Administração Fazendária
Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais
Fundo Constitucional de Transportes
FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL
FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MILITAR - FFRPPM
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
GOIAS TELECOMUNICACOES S.A.
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Secretaria-Geral de Governo
FUNDO ESPECIAL DE PAGAMENTO DOS ADVOGADOS DATIVOS E DO SISTEMA DE ACESSO A JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO COMBATE À LAVAGEM DE CAPITAIS E ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
FUNDO DE MANUTENCAO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
POLÍCIA PENAL
Fundo de Participação e Fomento a Industrialização do Estado de Goiás
Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas dos Municípios
Órgão de Defesa do Consumidor
FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL
FUNDO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO FUNCIONAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

FUNDO DE APORTE A CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Conselho Estadual de Saúde Animal
Conselho de Governo
Centro Cultural Oscar Niemeyer
Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos
Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos

Categoria

Organização Administrativa